

# A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO – FLORIANÓPOLIS-SC

Mário Campos da Silva<sup>1</sup>

Mara Brognoli<sup>2</sup>

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

## RESUMO

*Uma pesquisa com tema relevante e atual, trabalhado com os conhecimentos já adquiridos, que apresente o problema e sugira soluções. Este é o objetivo que norteia este trabalho. Para alcançar tal feito, o método utilizado é o estudo de caso, desenvolvido em uma prática real, ou seja, com visitas ao local de estudo. Além das visitas ao Parque Estadual do Rio Vermelho, entrevistas e consulta à bibliografia correlata foram as ferramentas que permitiram obter um diagnóstico da gestão da Unidade de Conservação, bem como sugerir medidas para aprimoramento dessa gestão. Como conclusão, obteve-se uma pesquisa singela e objetiva, contendo dados importantes sobre os fatores que influenciam a gestão do Parque, e os pontos nevrálgicos a serem atacados para uma gestão mais eficaz. As soluções passam pelas seguintes ações: parceria entre organismos governamentais na esfera federal, estadual e municipal, organismos não governamentais e a iniciativa privada; implementação de um plano de manejo adequado à realidade local; comunicação e participação das comunidades de entorno; promoção do turismo sustentável (ecoturismo); regularização de infraestrutura que atenda às normativas e facilite a acessibilidade, tanto de turistas como das comunidades do entorno.*

Palavras-chave: Parque Estadual do Rio Vermelho. Unidades de Conservação. Gestão.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o histórico do Parque Estadual do Rio Vermelho – PAERVE, desde sua criação até os dias atuais, destacando como é sua gestão, e propondo melhorias. Identificar os pontos relevantes a serem abordados é o primeiro objetivo traçado. Em segundo lugar, avaliar de que forma está ocorrendo a gestão. E por último, sugerir ações desafiadoras, que

enfrentem os problemas atuais e aprimorem a gestão da Unidade de Conservação – UC.

A pesquisa foi motivada pelo fato de que a UC está com seu plano de manejo em fase de planejamento, e sua gestão está sendo colocada à prova por pressões econômicas e sociais.

O estudo de caso foi o método escolhido, pois pela observação direta e entrevistas

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Gestão Ambiental – Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Turma GAM 0070 – Florianópolis – SC – MBS – SC.

<sup>2</sup> Tutora-externa do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Turma GAM 0070 – Florianópolis – SC – MBS – SC.

sistemáticas é possível desenvolver uma prática real, ou seja, realizar o trabalho em campo. Ademais, o autor nasceu e cresceu no local objeto de estudo, e tem profundo interesse pela gestão participativa e preservação do PAERVE.

## 2 HISTÓRICO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

O parque foi criado inicialmente com a denominação de Parque Florestal do Rio Vermelho, pelo Decreto nº 2.006, de 21 de outubro de 1962, utilizando mais de 1.400 hectares de terras ao norte da Ilha de Santa Catarina. Tem como limite a Leste a Praia do Moçambique e a Oeste a Lagoa da Conceição, situado entre os bairros de Barra da Lagoa e Ingleses (PAULI, 2013).

Na época de sua criação o Parque Florestal do Rio Vermelho, denominado até então de Estação Florestal do Rio Vermelho, ficou subordinado à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural – SAR, e se destinava à experimentação das diversas espécies de pinus e à comprovação dos melhores índices de desenvolvimento de espécimes adaptáveis à região catarinense (SANTA CATARINA, 2007).

O Decreto nº 4.815, de 14 de setembro de 1994, definiu sua localização, administração e seus objetivos atendendo ao regime de proteção à fauna e à flora, estabelecido pelo Código Florestal e demais normas aplicáveis, e promovendo o aproveitamento de áreas apropriadas ao turismo, à prática do ecoturismo, ao lazer público e à educação ambiental (SANTA CATARINA, 2007).

Até o ano de 2007, o Parque do Rio Vermelho ainda era classificado como parque florestal, categoria não aceita pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000). Assim, o Decreto Estadual nº 308/2007, mudou a nomenclatura para Parque Estadual do Rio Vermelho, portanto, uma Unidade de Conservação (UC)

de proteção integral.

Atualmente, a UC é administrada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FATMA, que constituiu um Comitê Gestor para elaboração do seu plano de manejo.

## 3 ESTRUTURA DO PARQUE

Constituído por uma área de mais de 1.400 hectares, 60% da área é composta por espécies exóticas invasoras (pinus e eucaliptos). O seu entorno tem comunidades que exercem pressão sobre a UC, principalmente no verão. Além disso, há ocupações dentro do PAERVE, que são conflitantes com sua categoria. São elas:

- Camping da Associação de Praças do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar de Santa Catarina.
- Camping da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FATMA.
- Camping da União dos Escoteiros do Brasil.
- Centro de Triagem de Animais Silvestres e Quartel da Polícia Ambiental.
- Estação de tratamento de esgoto da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

## 4 GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

Cada tipo de Unidade de Conservação possui diferentes objetivos de manejo e, portanto, requer diferentes administrações. De acordo com Milano, Rizzi e Kaniak (1986, p. 23):

Um Parque Estadual é administrado através de um plano de manejo diferente de uma Reserva Biológica que, por sua vez, difere daquele de uma Floresta Nacional. O primeiro trata em iguais prioridades a questão de preservação,

educação, recreação e pesquisa; o segundo prioriza os objetivos de preservação e pesquisa; e o terceiro engloba, além desses objetivos, aquele de rendimento econômico através de técnicas de uso múltiplo.

Administrar uma UC inclui a gestão para a conservação de ecossistemas em estado natural, bem como recompor a paisagem natural, tratando desde questões de proteção contra agentes danosos, até mesmo a definição e técnicas de recomposição da flora e fauna (MILANO; RIZZI; KANIAK, 1986).

O Parque Estadual do Rio Vermelho foi concebido erroneamente, com a introdução danosa de espécies exóticas invasoras. Tais espécies invasoras (pinus e eucaliptos) ocuparam o espaço que originalmente era de vegetação de restinga. A perda da vegetação de restinga fixadora de dunas facilita o processo erosivo, destruindo o cordão de dunas costeiras, desprotegendo a biota original e desabrigando a fauna local o que segundo Neves e Muehe (2008), implica degradação muito difícil de ser corrigida, devido à fragilidade do ecossistema em questão.

A partir do ano de 2007, a gestora do Parque (FATMA) iniciou um processo de gestão pautado pela urgência na retirada da vegetação exótica invasora. Conforme entrevista concedida pela Chefia do Parque (apêndice), este processo atualmente está culminando em uma licitação para que a retirada da vegetação exótica e o início da restauração ecológica aconteçam até o primeiro semestre de 2013.

Além disso, há um Conselho Consultivo pluralista formado por organismos governamentais e não governamentais, e presidido pela FATMA, que se reúne mensalmente para elaboração de um plano de manejo para o Parque.

Nesta altura, cabe destacar que o PAERVE não tem apenas a vegetação exótica

invasora como objeto de pressão. Existem outros agentes de pressão que exigem um enfrentamento da gestão do Parque. Alguns desses agentes foram citados no item 3 do presente trabalho, outros são advindos da atividade econômica, mais notadamente aqueles vinculados ao turismo de verão.

A abordagem que a gestão do Parque faz sobre o turismo de verão é a da comunicação baseada em placas de orientação e uma fiscalização esporádica. Contudo, os fatos demonstram que tal abordagem não produz resultados eficazes, pois há muitos resíduos sólidos espalhados e são constantes os incêndios florestais provocados pela presença de pessoas que circulam na área.

Como derradeira consideração acerca da gestão atual do Parque, destaca-se a ausência de comunicação com as comunidades do entorno, e pouca participação popular no Conselho Consultivo, como pode ser comprovado na entrevista constante no apêndice.

## **5 PROPOSTAS PARA UMA GESTÃO EFICAZ DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO**

Conforme a Lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, uma Unidade de Conservação tem, dentre outros objetivos, a conservação, a realização de pesquisas científicas, a educação ambiental e o lazer. Ainda em conformidade com a lei do SNUC, parques nacionais/estaduais são de proteção integral, sendo vedados à exploração de recursos naturais, a não ser de forma indireta, ou seja, para fins científicos, educacionais ou recreativos.

Para uma administração eficaz em uma unidade de conservação é necessário um programa de gestão onde são planejadas as atividades e distribuídas as responsabilidades de execução. Segundo Raimundo (1997, p. 244), “[...] os programas de gestão

utilizados normalmente são: planejamento e regularização fundiária; educação ambiental e ecoturismo; pesquisa; proteção e recuperação; e interação socioambiental”.

A gestão de uma UC está pautada principalmente em seu plano de manejo, que se sobressai como indispensável à boa administração, além do fulcro na legislação, educação ambiental, capacitação de pessoal e técnicas administrativas integralizadas.

Avaliando a gestão do Parque Estadual do Rio Vermelho qualitativamente, portanto, sem dados estatísticos, observa-se uma gestão até mesmo eficiente, pois se coaduna com os ditames legais. Entretanto, carece de eficácia, pois existem pontos nevrálgicos, a que o atual modelo de gestão não atende.

Estudando o que ensina Corte (1997), uma alternativa viável à gestão de unidades de conservação é a gestão em parceria ou cogestão, cuja principal característica é a descentralização de atribuições e atividades de manejo e de gerenciamento das unidades, envolvendo na gestão os principais atores sociais.

O artigo 27 da Lei do SNUC estabelece o plano de manejo, que é o principal instrumento normativo e regulador de áreas protegidas. Portanto, já se identifica o principal instrumento a ser avaliado. No caso do Parque do Rio Vermelho, tal instrumento ainda está em construção.

Como o principal instrumento de gestão ainda não está pronto, a UC permanece sob uma “gestão reativa”, o que torna a área de proteção integral desprotegida e sem uma política preventiva.

Então, de quem seria a responsabilidade pela Gestão? Como construir uma gestão mais eficaz? O que pode ser feito para a proteção de uma UC que ainda não dispõe de plano de manejo?

Não esgotando o assunto, mas buscando resposta para tais questionamentos, inicialmente cabe lembrar que o entendimento atual sobre a gestão de UC indica que a responsabilidade deve ser compartilhada, com descentralização por parte dos governos, devido à falta de condições de os mesmos assumirem tudo, visto os orçamentos públicos estarem cada vez mais encolhidos. O setor privado, por exemplo, pode prestar serviços de recreação e acomodação; as ONGs podem oferecer interpretação e educação ambiental; e as universidades, a investigação científica dos ecossistemas e das opções tecnológicas para a sustentabilidade.

Como ensina Dalmora e Pires (2008, p. 71), “ao negar a participação humana na construção das paisagens, enfatizando a criação de unidades de conservação sem a presença humana, a constituição das políticas preservacionistas já nasce fadada ao fracasso, pois a ação humana sobre os recursos naturais é inevitável”.

Portanto, é factível que a gestão tem que ser pensada com a participação humana. Considerando que o PAERVE está situado em uma cidade com vocação turística como Florianópolis, o turismo é o primeiro grande aspecto a ser gerido.

“O Parque Nacional de Foz do Iguaçu recebe 1.000.000 de visitantes por ano, gerando uma receita de US\$ 5 milhões apenas com a venda de ingressos. O Parque Nacional de Brasília é visitado anualmente por 200.000 pessoas” (IBAMA, 1997 apud FONSECA; PINTO; RYLANDS, 1997, p. 15). Ora, é indispensável que se pense a UC também do ponto de vista da sustentabilidade.

Sintetizando, os principais problemas encontrados nas unidades de conservação são: falta de pessoal capacitado (especialmente em turismo sustentável); falta de recursos financeiros para regularização da situação fundiária; processo de alteração ambiental; crescimento demográfico das

áreas de entorno; enquadramento das UCs em categorias de manejo inadequadas; falta de plano de manejo; e falta de infraestrutura adequada.

Para o caso do PAERVE, as soluções passam pelas seguintes ações: parceria entre organismos governamentais na esfera federal, estadual e municipal, organismos não governamentais e a iniciativa privada; implementação de um plano de manejo adequado à realidade local; comunicação e participação das comunidades de entorno; promoção do turismo sustentável (ecoturismo); e regularização de infraestrutura que atenda às normativas e facilite a acessibilidade, tanto de turistas como das comunidades do entorno.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada ofereceu algumas reflexões sobre uma unidade de conservação, no caso o Parque Estadual do Rio Vermelho. Ela apresentou o Parque e sua história, mostrou como está sendo realizada sua gestão, e apontou medidas que produziram melhor eficácia na gestão.

A partir da pesquisa proposta é possível verificar que, apesar da gestão ser eficiente, existem problemas nevrálgicos que precisam ser geridos, e ainda há muitas ações a serem realizadas para alcançar a sustentabilidade econômica, estrutural e ambiental do parque.

A entrevista realizada respalda a pesquisa e, somada à pesquisa bibliográfica e ao estudo *in loco*, confirma a necessidade de promover a aproximação de todos os atores (organismos governamentais, ONGs, iniciativa privada, comunidades do entorno, turistas).

A conclusão que se chega não deixa dúvidas sobre a importância do tema apresentado, e abre espaço para pesquisas mais aprofundadas, que promovam e conciliem a gestão de uma unidade de conservação com vistas à sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Diário Oficial [da União]. Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CORTE, Dione Angélica de Araújo. **Planejamento e gestão de APAs**. Curitiba: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais, 1997.

DALMORA, Eliane; PIRES, Paulo José da Fonseca. **Sociedade e meio ambiente**. Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2008.

FONSECA, Gustavo A. B.; PINTO, Luiz Paulo de S.; RYLANDS, Anthony Brome. Biodiversidade e Unidades de Conservação. **Conservation International do Brasil**, p. 1-20. 1997. Disponível em: <<http://www.avesmarinhas.com.br/13%20-%20Biodiversidade%20Unidades%20de%20Conservacao.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

MILANO, Miguel Serediuk; RIZZI, Nivaldo Eduardo; KANIAK, Vitor Carlos. **Princípios básicos de manejo e administração de áreas silvestres**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, Departamento de Recursos Naturais Renováveis, 1986.

NEVES, Cláudio Freitas; MUEHE, Dieter. **Vulnerabilidade, impactos e adaptação a mudanças do clima: a zona costeira**. 2008. Disponível em: <[http://homologa.ambiente.sp.gov.br/proclima/publicacoes/09\\_impactos/portugues/3\\_artigo\\_cggee\\_zona\\_costeira.pdf](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/proclima/publicacoes/09_impactos/portugues/3_artigo_cggee_zona_costeira.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2011.

PAULI, Evaldo. Parques Ecológicos em Santa Catarina. **Discursos catarinenses nº 13**. Disponível em: <[http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/Catarinense/Discurso\\_catarinense\\_texto\\_mega/98sc00013.html](http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/Catarinense/Discurso_catarinense_texto_mega/98sc00013.html)>. Acesso em: 13 fev. 2013.

RAIMUNDO, Sidnei. **A construção da metodologia dos planos de gestão ambiental para unidades de conservação**

**em São Paulo.** Curitiba: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 308, de 24 de maio de 2007.** Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/acaoEstadual/2007/000308-005-0-2007-003.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

### **APÊNDICE – Entrevista com a gestora do Parque Estadual do Rio Vermelho**

INSTITUIÇÃO: Fundação do Meio Ambiente – FATMA

RESPONSÁVEL: Elaine Zuchiviski – Chefe do Parque Estadual do Rio Vermelho

1 – Qual é o principal objetivo da atual gestora do Parque Estadual do Rio Vermelho?

R.: Restauração ambiental, caracterizada pela urgência na retirada da vegetação exótica invasora.

2 – Como está o processo de restauração atualmente?

R.: Este processo atualmente está culminando em uma licitação para que a retirada da vegetação exótica e o início da restauração ecológica aconteçam até o primeiro semestre de 2013.

3 – Como é constituído o Conselho do Parque e qual é a sua função?

R.: É um Conselho Consultivo pluralista, formado por organismos governamentais e não governamentais, e presidido pela FATMA, que se reúne mensalmente para a elaboração de um plano de manejo para o Parque.

4 – Quais são os outros problemas que existem no PAERVE, além da vegetação exótica?

R.: A ocupação irregular por edificações e estruturas que não cabem em uma unidade de conservação de proteção integral; o lixo abandonado pelas pessoas; incêndios florestais motivados por pessoas que transitam no interior do parque e demais

atividades vinculadas ao turismo de verão.

5 – Explique a forma como são tratados os casos em que pessoas são flagradas degradando o Parque.

R.: Preventivamente a educação ambiental e em casos extremos a Polícia Ambiental é acionada para tomar as medidas legais e punir o autor da irregularidade.

6 – Como se dá a comunicação entre a gestão da UC e as comunidades de entorno? Há participação das comunidades na gestão?

R.: Não há participação direta. A comunidade é representada pelos organismos não governamentais que fazem parte do Conselho Consultivo.

7 – Existe algum projeto para abordagem do turismo de verão do ponto de vista da sustentabilidade financeira do Parque?

R.: Ainda não. Estará previsto no plano de manejo que está em construção.

8 – Tem alguma informação pertinente ao assunto que não foi contemplado na entrevista, e que gostaria de acrescentar?

R.: O plano de manejo do Parque Estadual do Rio Vermelho contemplará medidas que viabilizarão maior proteção ao PAERVE e auxiliará na condução da gestão.

ZUCHIVISKI, Elaine. **Entrevista concedida pela funcionária da FATMA, responsável pela Administração do Parque Estadual do Rio Vermelho.** Florianópolis, 20 de setembro de 2012.